

Enfim, o campo é prioridade

Expedicto Quintas

Está a agricultura brasileira convivendo com os primeiros estágios do anunciado plano de recuperação econômica, formulado pelo ministro Eliseu Resende, da Fazenda, e acolhido em toda sua extensão pelo presidente Itamar Franco. A bem da verdade, uma grata reversão de expectativa vem de ocorrer. A produção rural, afinal, se inscreve entre as prioridades estabelecidas pelo Governo Federal numa posição de destaque, colocando-se na primeira linha das programações de incentivo a um desempenho mais dinâmico e, por igual, abrindo espaço para uma correção de meios e de fins que conduzam o setor primário para as prumadas autênticas de uma atividade econômica viável. E, complementarmente, com efetivos apoios para torná-la competitiva e com retornos financeiros confiáveis.

Não é mistério para ninguém o pernicioso processo de desestruturação da economia do campo. Ajustada a mecanismos operados por um sistema creditício lastreado pela abundância de recursos financeiros, superiores a 20 bilhões de dólares, disponíveis até o final da década de 1980, a atividade agropecuária foi surpreendida pelo corte vertical dos subsídios e o completo esvaziamento das fontes orçamentárias. Um decesso que retirou do setor, nos últimos anos, mais de 12 bilhões de dólares, numa prestidigitação comandada pelo segmento bancário, limitando as reservas para custeio e investimentos, com o agravante de cinco planos heterodoxos atropelando os índices de reajuste, em conjunto com medidas desastradas de congelamento, tabelamentos de ponta e importações de curso forçado, adquiridas em países onde a agricultura é fortemente subsidiada.

Não é sem outra razão que os contratos de financiamento em todo o País caíram de um montante de 2,6 milhões de tomadores para menos de 600

mil, sem, contudo, evitar que mais de 45 por cento dos empréstimos deferidos entrassem de ofício na inadimplência, e mais de 270 mil empresários integrassem a lista de caça dos meirinhos, num sufoco de angústias e de preocupações.

O anúncio dos aportes reservados ao campo, no Plano Eliseu, não eliminam os problemas desafiadores gerados na liquidez das rubricas de receita, mobilizáveis em tempo útil e hábil para acudir às AGFs e EGFs, dentro de um cronograma que compatibilize os ciclos da natureza com as exigências da economia. É imprescindível a liberação dos empréstimos no tempo certo, e os respectivos resgates em condições suportáveis, capazes de devolver ao produtor a resistência para manter-se no mercado, livre das liquidações de safra a preços de ocasião, ditados pelo excesso de oferta que prevalecem nos tempos das colheitas.

Para ter efeitos multiplicadores, os investimentos e o custeio agrícolas devem ser submetidos a uma revisão abrangente que tangencie a perversidade messiânica que hoje faz do crédito agrícola uma usina de inadimplência. Essa estratégia já é uma solução amadurecida e convalidada pelas melhores cabeças que transitam com desembaraço nos labirintos das agencias bancárias, notadamente as do Banco do Brasil.

A equivalência-produto tem a chancela dos governos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso, enfim de todo o Sul, do Norte e do Nordeste. Bem a propósito, o governador Joaquim Roriz, em depoimento que integra esta edição do **CORREIO DA TERRA**, diz da sua posição solidária e da inteira apropriação da equivalência-produto para redesenhar os caminhos futuros do crédito agrícola.

A economia já consagrou. A agricultura não mais pode esperar e os maiores interessados, os pequenos e médios produtores, em conjunto com os bancos, apenas aguardam a decisão. E confiam em que ela virá em breve.

